

# **Cidade e campo, idosos e crianças: pensando a extensão no Sítio de Saluzinho<sup>54</sup>**

**Eduardo Magalhães Ribeiro<sup>55</sup>**

**Flávia Maria Galizoni<sup>56</sup>**

**Alexandro Moura Araujo<sup>57</sup>**

**Giliarde de Souza Brito<sup>58</sup>**

## **Resumo**

Montes Claros é um município do norte de Minas, situado num peculiar encontro de agroambientes, que recebeu um afluxo importante de migrantes rurais desde os anos 1960. Nessa cidade, o Sítio de Saluzinho é uma experiência original de junção da agricultura urbana, universidade e ensino fundamental. O Sítio converte camponeses migrantes em docentes que, junto com equipes acadêmicas, transformam a universidade num espaço de aprendizado de saberes tradicionais para crianças urbanas.

---

54 A pesquisa que originou este capítulo e a proposta do Sítio de Saluzinho foram apoiadas pelo CNPq e Fapemig, aos quais os autores agradecem. Versões preliminares deste texto foram publicadas na Revista Agriculturas (v.9 - n. 2; v.12 - n. 2).

55 UFMG/ICA, Montes Claros, MG, Brasil.

56 UFMG/ICA, Montes Claros, MG, Brasil.

57 UFMG/ICA, Montes Claros, MG, Brasil.

58 UFMG/ICA, Montes Claros, MG, Brasil.

## Migrações

O Norte de Minas Gerais passou por uma transformação agrária entre fins da década de 1960 e começos da década de 1980. A mudança foi promovida por iniciativa de política pública, que mobilizou interesses agrícolas e industriais para *modernizar* o rural. Esse movimento foi associado à expansão da pecuária, e o gado zebu criado em pastagens plantadas substituiu o antigo *curreleiro* que vivia em *soltas* nos chapadões. Compreendeu também a ocupação de grandes áreas de terras com eucaliptos, a drenagem de veredas e buritizais para cultivo irrigado e o corte da vegetação nativa para produzir carvão e abastecer o pólo de ferro-gusa da região Sete Lagoas, próxima a Belo Horizonte.

Mudanças fundiárias e produtivas provocaram sérios impactos sobre a população camponesa da região. Primeiro, estimularam a tomada de terras comuns para os novos negócios, forçando o deslocamento de parte da população rural para áreas urbanas. Segundo, a apropriação de grandes áreas de terras pelas firmas fechou a fronteira agrícola do Norte de Minas Gerais que permanecera aberta até o começo dos anos 1980. Os camponeses que conservaram seus sítios, daí em diante, a cada geração assistiram à emigração de novas levas de deserdados que deveriam sair da terra para que apenas um dos irmãos permanecesse no terreno da família (RIBEIRO, 2010).

A ofensiva dos interesses empresariais sobre a terra melhorou o rendimento físico da pecuária bovina graças a genética, aumentou a capacidade de suporte dos pastos com as gramíneas africanas, criou uma problemática agricultura irrigada e estabeleceu os eucaliptais nas áreas elevadas de chapadas. Além disso, converteu áreas de catingas em patrimônio de grandes empresas, acuou a agricultura camponesa nas terras piores e mais secas, tornou escassa a água nos gerais graças à drenagem de veredas, e assim ficou mais *custoso* enfrentar as estiagens, pois foi necessário criar programas dispendiosos de abastecimento, como carros-pipas e poços artesianos (GALIZONI *et. al.*, 2010; CRUZ *et al.*, 2018).

A *modernização* agrária – como se dizia nos anos 1970 – trouxe conseqüências negativas para as cidades da região, pois a tomada de terras provocou um rápido crescimento da população urbana. E depois, em decorrência do fechamento da fronteira agrícola, foi criado um fluxo contínuo de emigração para as cidades. Então, Montes Claros se transformou no principal destino dos movimentos migratórios desse vasto Norte. No último meio século a população urbana de Montes Claros cresceu num ritmo muito superior à média do estado: a população da cidade triplicou entre 1960 e 1980, e novamente duplicou entre 1980 e 2001. Esse ritmo de expansão não pode ser atribuído apenas ao crescimento vegetativo da população; se explica, em grande parte, pelo afluxo de novos migrantes que surgiram da combinação de expulsão do campo e atração da cidade que existiu até os anos 1980. Mas, depois dos anos 1980, o crescimento permaneceu acelerado, indicando que expulsão e atração continuaram existindo (BRITO, 2011).

Montes Claros é a maior cidade do Norte de Minas Gerais. Polariza toda a região, compreende os vales dos rios Jequitinhonha e Pardo, além de parte do vale do rio São Francisco até o estado da Bahia. Desde a década de 1960 o município recebeu estímulos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Sudene, para instalar empresas e formar um parque industrial. Esses investimentos não criaram muito dinamismo industrial, mas deram vigor a um setor de serviços forte, que sustentou o crescimento da cidade ao longo do último meio século (CARDOSO, 2000).

Mas, além dessas características econômicas, Montes Claros dispõe de uma dotação muito original de recursos naturais. O município fica numa tripla confluência de Cerrado com Mata Seca (ou *Catinga*, como dizem os agricultores) e *Gerais*, mediada ainda pela topografia, com áreas baixas e montanhas. Assim, no município há um conjunto alternado e complexo de solos, climas, paisagens e regimes de chuvas. Essa dotação original distribuiu pelo espaço recursos naturais muito distintos e que são usados também de formas muito diferentes (PAULA, 1957; VIANNA, 1972).

Tomando como referência a sede do município, os recursos podem ser, grosso modo, agrupados em quatro grandes matrizes:

- ao Norte domina a mata seca, caracterizada por solos muito férteis, com uma cobertura vegetal exuberante mas poucos corpos de água e extrema sensibilidade à seca;
- ao Sul e Leste dominam duas formações: nas montanhas próximas da sede do município ficam campos de altitude, áreas chuvosas, frias, de terras pouco férteis e incontáveis nascentes; mais além ficam formações de cerrado, marcadas principalmente pelas sucessões de campos-sujos e cerrado estrito senso;
- a Oeste há mata seca, mas predomina a formação denominada no local como *gerais*, caracterizada pelos chapadões arenosos de baixa fertilidade, pela abundância de veredas úmidas cobertas por buritizais, pela vegetação arbórea de baixa estatura e capins nativos.

Tudo isso é mediado por um regime de chuvas muito peculiar. Situado na *entrada* do Semiárido, o município de Montes Claros apresenta às vezes um período chuvoso regular, bem distribuído entre outubro e abril; mas, quase sempre, a chuva tende a ser concentrada, precipitando toda a água em poucas semanas ou meses; mais eventualmente ocorrem ciclos de seca. E então, cada formação específica dará uma resposta produtiva diferente às variações das chuvas, e em alguns locais haverá manifestação de seca agrícola, contrastando com abundância em áreas próximas, porque cada formação e conjunto de recursos responde ao clima de maneira própria. Essa diversidade tão grande permite que sejam criados sistemas produtivos adaptados e também muito diferentes.

Na história rural do município, a capacidade de auto-abastecimento recebe muito destaque. Hermes de Paula (1957), autor de uma das mais respeitadas crônicas montesclarenses, escreveu que o município passou sem abalos pela grande crise agrícola do final dos anos 1930

graças à diversidade da produção e dos sistemas produtivos. A mostra dessa diversidade ainda aparece, viva, nas manhãs do sábado na feira livre da cidade.

Esses recursos naturais criam excelentes resultados quando são manejados com técnicas adaptadas por agricultores tradicionais. Passando pelo crivo do conhecimento local, os recursos são usados de acordo com uma experimentação amadurecida em décadas, que toma como base e potencializa a diversidade de recursos. A agricultura urbana de Montes Claros revela essas possibilidades.

Quando migraram para Montes Claros, os agricultores levaram família e esperanças, endereços de parentes na cidade e o temor do futuro incerto. Mas levaram junto, também, um grande conhecimento de cultivos, mudas, sementes, solos e o desejo de continuar plantando. Nem sempre, porém, puderam implantar seus cultivos imediatamente. Às vezes se abrigavam com parentes que já viviam na cidade, ocupavam todo seu tempo trabalhando fora de casa e cumprindo muitas horas-extras. Ou então, quando podiam, se mudavam para casas com quintais muito pequenos, às vezes compartilhados com outras famílias ou abertos aos ataques de animais e aos furtos dos passantes, e isso impedia que continuassem plantando.

O sonho de muitos deles era ter um *terreiro* ou quintal para manter seu cultivo. Por isso buscavam ao mesmo tempo casa e terreno próprios. E como nem sempre foi fácil conseguir a casa própria, levou tempo para que pudessem estabelecer a lavoura urbana. Muitos se aproveitaram de ocupações organizadas de terras, adquiriam lotes em conjunto com parentes também recém-migrados, compraram em prestações terrenos em bairros novos, distantes e sem estrutura, *embolaram* os recursos de pais, filhos, avós e netos para adquirir um lote. Foi preciso trabalho, mas também a cooperação de parentes, que ajudaram na compra e na construção, emprestaram material e equipamento, partilharam os lotes. É por isso que muitas famílias formam grandes grupos agregados de vizinhança e parentesco, e as casas são erguidas ao lado umas das outras, compartilhando áreas comuns e espaços de plantio.

Então, donos dos terrenos, cercados por parentes, puderam começar a plantar. Mas como o plantio exige, além da terra própria, muita dedicação, só vão se tornar agricultores urbanos depois de cumprir uma vida inteira de trabalho, quando já estão aposentados ou perto da aposentadoria, quando então já são donos do seu tempo. E como os homens são fisicamente mais frágeis, ficam muito *estropiados* pelo trabalho pesado ou morrem ainda no começo da meia idade - logo no começo da aposentadoria -, a maioria dos agricultores urbanos será formada por agricultoras, mulheres.

São elas, em maioria, que sobrevivem aos companheiros, e podem retornar às práticas da infância, adolescência e juventude quando já estariam relegadas a cuidar dos netos e da casa. E então, quase sempre já idosas, plantam como aprenderam: usando técnicas tradicionais de manejo da terra, explorando recursos da natureza, redescobrimdo o conhecimento guardado nas memórias e nas mãos que fazem do escasso solo urbano a terra prometida que lhes foi negada a vida inteira. E assim produzem nos quintais os gêneros que se tornam o alimento que vem do trabalho direto e tem como origem a cultura, o costume e os recursos disponíveis. Não por acaso, existe em Montes Claros uma valorização da dieta cultural, da alimentação característica do lugar e dos produtos do cerrado e da mata seca que são transformados seguindo receitas familiares. É um município que valoriza a soberania alimentar, a comida do lugar: o pequi e a carne de sol, urucum e marolo, os pirões e os temperos, os doces caseiros e os sucos da fruta de época.

Agricultores urbanos plantam fundamentalmente para o consumo da família, usando o aprendizado que tiveram na infância. Por isso não gostam de usar sementes industriais, adubos químicos ou agrotóxicos. Querem uma agricultura sem venenos e sadia, que consideram ser a mesma coisa; um cultivo que comunga com o trato da terra e o alimento de qualidade que aprenderam na infância. Mas como não podem reconstruir toda a técnica material necessária para a produção apenas com os recursos da pequena área urbana, vão usar as viagens de

recreio para visitar parentes na terra natal, ou as viagens dos amigos, para encomendar mudas e sementes, para atualizar técnicas de conservação das plantas, renovar o conhecimento das espécies de finalidades medicinais e enriquecer as técnicas que aprenderam na infância.

Dessa forma, fazem uma agricultura que usa dos recursos da terra, praticada em grande parte por pessoas idosas, conduzida na maioria das vezes por mulheres, com o propósito de prover a própria família. Curiosamente, é na população urbana que viveu o enfrentamento mais bruto da tomada de terras, que há mais tempo se enraizou na cidade e se acostumou com o movimento cotidiano do bairro, que se encontra a maior força da soberania alimentar e da agricultura tradicional, que conserva as práticas costumeiras da lida da terra, dos fogões e dos recursos da natureza.

## **Rural & urbano**

Depois das grandes migrações que conduziram 1/3 da população brasileira para as cidades nos anos 1960 e 1970, as metrópoles cresceram, a população rural parou de crescer, e o campo ficou ao mesmo tempo mais perto e mais longe das cidades. Ficou mais perto porque, no imaginário dos brasileiros, o mundo rural se converteu num refúgio para os cansaços e as mazelas da vida urbana: virou um lugar desejado para descanso, lazer e aventura. Mas ficou também mais longe, porque a vida no campo – o que as pessoas fazem no dia a dia, como produzem, como se relacionam – se tornou um mistério para a maioria dos brasileiros.

Pessoas da cidade, em geral, têm uma vaga idéia do que é viver no campo. Costumam imaginar roceiros perdidos em lugares remotos, escondidos, bem longe dos confortos urbanos; ou em paraísos na terra, com uma natureza exuberante e farta, bem ali, à disposição. Se isso é verdade para a maioria da população urbana, mais verdade ainda é para as crianças urbanas, que não chegaram a ter vivência do rural, que conhecem o campo pela memória remota dos avós, muitas vezes

associada ao trabalho intenso e à educação rigorosa, ou associada à abundância e à vida alegre e fácil de um tempo que já se foi.

Professores de ensino fundamental falam de crianças que acreditam que o leite é produzido pelo supermercado, e outras que queriam conhecer uma fábrica de arroz – que devia ser maravilhosa, para fazer tantos grãos assim, tão iguais. Contam, ainda, que muitas crianças jamais viram de perto um pé de feijão, milho ou abóbora, nunca encostaram numa vaca e não sabem se melancia é produzida em árvore ou embaixo do chão.

Mas, professores de ensino fundamental também lamentam que pouco sabem sobre esses assuntos, e que são escassos os recursos que dispõem para ensinar a crianças urbanas sobre recursos naturais e agricultura. Dizem que sofrem nas aulas de geografia para explicar as diferenças entre costumes e estilos de vida do rural e do urbano. Por isso, costumam descrever para os alunos um rural meio folclore, meio sertanejo de TV, porque assim as crianças compreendem, já que são essas as referências que estudantes e professores conhecem. Nas aulas de ciências descrevem como podem os ciclos naturais, porque raramente têm condições de mostrar como a água se renova na Terra, como as plantas brotam e amadurecem e, principalmente, quais são os efeitos das ações humanas sobre o meio. Assim, as escolas quase sempre mostram o camponês, o campo e a natureza de maneiras muito limitadas, como estereótipos ou como fragmentos de um Brasil remoto, poético e difuso, sempre distante do cotidiano da maioria das pessoas que vivem na cidade.

## O Sítio

Foi essa situação que motivou a criação do Sítio de Saluzinho. O Sítio – cujo nome técnico é “Centro de Referência da Cultura Material da Agricultura Familiar” - é uma réplica de unidade camponesa que fica no Campus da Universidade Federal de Minas Gerais da cidade de Montes Claros. É um “museu vivo” da sociedade camponesa norte

mineira, criado para promover o encontro entre crianças, universidade e mundo rural. Funciona como um programa da UFMG que acompanha o calendário escolar oferecendo, semanalmente, oficinas de formação conduzidas por agricultores(as) urbanizados(as) que participam desde o início da formulação da proposta.

Formam um grupo de *especialistas comunitários*: foi assim que o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1986) definiu os camponeses que detém um enorme conhecimento sobre a natureza, as técnicas de produção agrícola, o processamento de alimentos e os recursos naturais. E, no Sítio de Saluzinho, esses especialistas se transformam em camponeses-docentes, pois lidam com a formação de crianças e universitários recriando no Campus costumes de trabalho, saúde e lazer da família camponesa. Além dos agricultores urbanos, atuam como monitores do Sítio duas voluntárias da Pastoral da Criança e estudantes da UFMG, que apoiam as oficinas de formação.

O Sítio de Saluzinho é, portanto, um espaço de vivência rural para crianças urbanas. São 2 hectares da Universidade usados para receber crianças, enriquecer o conteúdo das aulas das escolas públicas, valorizar os conhecimentos e as técnicas tradicionais do Norte mineiro, dar ocupação a agricultores/as urbanos/as. Também, capacita estudantes universitários em atividades de extensão e estimula diálogos entre projetos da universidade.

## **O programa**

Salustiano Gomes Ferreira, o Saluzinho, nasceu em Varzelândia, Minas Gerais, em 1917 e faleceu em Itacarambi, também em Minas Gerais, em 1990. Foi um camponês do norte mineiro que, no tempo da ditadura, enfrentou fazendeiros que queriam tomar sua terra. Acuado numa gruta por policiais e jagunços em dezembro de 1967, Saluzinho resistiu sozinho durante 5 dias. Entregou-se à Polícia Militar, foi preso, torturado, e passou 4 anos em prisões de Montes Claros e Belo Horizonte. Nesse meio tempo, Saluzinho perdeu a esposa e alguns

filhos, que morreram em consequência de torturas. Ao sair da prisão havia já perdido o sítio; sem família, morou de favor em áreas rurais de Januária e Itacarambi, no Norte de Minas Gerais, mas até o fim da vida reclamou seu direito à terra. A tenacidade da sua resistência transformou Saluzinho num símbolo da luta do agricultor norte mineiro pela sua terra e pelos seus valores (CAMPOS, 2014).

Para que a história e a luta de Saluzinho não sejam esquecidos, a UFMG prestou-lhe homenagem ao batizar o Sítio. E a missão do Sítio de Saluzinho é valorizar o conhecimento e a experiência de agricultores, reunindo num mesmo espaço e para a mesma atividade três personagens.

Em primeiro lugar os docentes-agricultores urbanos. São todos eles de origem rural, urbanizados nos anos 1960/1970, e praticam uma agricultura tradicional, agroecológica e territorializada, com raízes assentadas no acervo de conhecimentos e técnicas materiais da agricultura familiar do norte mineiro. São pessoas que dispõem de um conhecimento enciclopédico sobre o mundo rural e que gostam de se lembrar de histórias, contar casos e criar técnicas. No Sítio, encontram uma boa ocasião para multiplicar seus ensinamentos e conselhos - aqueles mesmos que gostam de dar para seus netos. A diferença é que, no Sítio, lidam com as informações de maneira sistemática, organizando conteúdos específicos que transformam em oficinas de 30 minutos de duração; nestas, reúnem histórias, técnicas e experiências agrícolas, temperando tudo com muita sabedoria e prática.

O outro personagem é o Instituto de Ciências Agrárias, ICA, da Universidade Federal de Minas Gerais, que fica em Montes Claros. O ICA reúne uma boa parte do ensino e da pesquisa do rural e agrícola da Universidade e, como toda instituição pública de ensino, deve dar um retorno para a sociedade – e não apenas para os estudantes que freqüentam seus cursos – sob a forma de conhecimentos adaptados e inovadores das ações de extensão. O Sítio de Saluzinho proporciona ao ICA/UFMG uma presença mais ativa na sociedade que o abriga, diversifica sua rede de formadores ao incluir agricultores urbanos, e

expande seu público de trabalho por meio das parcerias com as escolas de ensino fundamental. O Sítio possibilita à UFMG inovar nas atividades de extensão, nas relações com a sociedade urbana e na valorização da diversidade cultural do Norte geralista e camponês de Minas Gerais.

Há, em terceiro lugar e por fim, as crianças do ensino fundamental das escolas públicas. Essas crianças, como foi visto, recebem informações muito ralas sobre o mundo rural, as práticas agrícolas costumeiras, o ambiente e os recursos naturais. No Sítio de Saluzinho esses assuntos são tratados na *toada* própria dos agricultores, que oferecem junto com as oficinas o sotaque, os gostos, os costumes e as técnicas do lugar. É por isso que, encontrando docentes camponeses no Sítio, essas crianças muitas vezes se sentem em casa, pois se remetem à sabedoria dos avós, e assim reavaliam noutra perspectiva a sabedoria doméstica, que agora passa a ser validada pelo agricultor e, também, apoiada pelas escolas e pela Universidade que dedicam ao assunto todo um horário que é formalmente dedicado ao aprendizado.

Além disso, a docência camponesa abre outras conexões com a escola, os professores e as disciplinas de currículo. Por exemplo: ilustra com prática os processos biológicos que são abordados nas aulas de ciências quando mostra a brotação da planta que serve como alimento; dá novo sentido às aulas de artes quando vincula segurança e soberania alimentar com cultura; dá corpo às aulas de geografia quando permite o convívio direto com lavradores e processos produtivos. E, principalmente, a oficina dos agricultores no Sítio de Saluzinho estimula nas crianças a curiosidade interdisciplinar, quando por exemplo trata ao mesmo tempo de assuntos como conservação da natureza e produção de alimentos, que reúnem conhecimentos de disciplinas escolares diferentes, mas que são tratados como unidade na abordagem holística que é característica dos docentes camponeses.

As oficinas de formação tratam de assuntos como a lavoura, o corante, a cana-de-açúcar, as plantas de uso medicinal, a reciclagem. Todas têm, como pano de fundo, a cultura material do rural norte mineiro, o/a agricultor/a, a terra, o meio, os recursos, a pauta alimentar

local, saudável, segura e soberana relacionada ao território. Ao valorizar os costumes, as técnicas e os alimentos, o Sítio de Saluzinho vai além da transmissão de conhecimentos; busca, mesmo, é despertar o sentimento de pertencimento cultural ao território. A cultura se ‘estende’ - no sentido que Paulo Freire (1983) deu ao termo - ao se exercitar, e por isso quando a docência e a disseminação de conhecimentos são conduzidas por camponeses, criam bases para outros, para novos conhecimentos. Mas, também desafiam a Universidade a repensar seus métodos e a escala de valores que sustenta o conhecimento acadêmico.

Como a principal atividade de formação do Sítio de Saluzinho é a oficina conduzida por agricultores urbanos-docentes, a proposta acaba por criar um nexos novo na relação entre população urbana, populações rurais tradicionais e Universidade. Os agricultores se tornam protagonistas no processo de troca de conhecimentos, e se apropriam dos recursos didáticos característicos da academia - o direito privilegiado da palavra, o conhecimento apoiado nos títulos, a direção do processo de aprendizado: em resumo, o poder de professor na sala de aula - para ‘inverter’ alguns dos termos deste processo e estabelecer uma relação inculturadora e *doce* com as crianças. E mesclam a condição de mestres com a condição de discípulos, pois também fazem questão de aprender com as crianças; mesclam a formalidade da atitude do professor que conduz uma aula com a irreverência que cabe nas relações entre netos e avós. E essa experiência de docência estimula indagações, novas propostas e novas dinâmicas que realimentam esse jogo entre camponeses urbanos e crianças saudosas do rural.

## **Aprendizados**

A rotina do Sítio de Saluzinho é muito simples: são oferecidas em um período do dia, manhã ou tarde, 4 oficinas de meia hora, abordando temas diferentes. As crianças são transportadas até o Sítio; então, começam as 4 oficinas; depois das duas primeiras é servida a merenda: quitandas artesanais e sucos de frutos da região. A curta

duração das oficinas foi uma sugestão das crianças que participaram dos testes de rotina em 2013, pois sempre queriam acompanhar todas as oficinas, e a solução encontrada foi reduzir sua duração. Merenda foi uma surpresa: nas oficinas de teste, a equipe percebeu que as crianças, trazendo merenda de casa, produziam meio litro de lixo *per capita*; a merenda artesanal, além de ser muito apreciada, valoriza a pauta alimentar local e não produz resíduos no Sítio.

Merenda, transporte, deslocamento de monitores, tudo isso tem um custo. No caso do Sítio de Saluzinho a experimentação tem sido bancada por duas agências: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, Fapemig. Desde o começo dos anos 2000 as agências de fomento à pesquisa, lideradas pelo CNPq, vem destacando a importância das atividades de extensão. Esse destaque se transformou numa prática e em editais de fomento, e é por meio deles que a proposta se sustenta e tem horizonte para experimentar.

Desde 2014 - as atividades regulares começam sempre em fevereiro - o Sítio de Saluzinho recebeu 6.828 crianças de 18 escolas de ensino fundamental de Montes Claros, que participaram de 478 oficinas que acompanharam todo o período letivo. Agricultores urbanos e voluntárias da Pastoral da Criança ofereceram a maioria delas; as demais foram conduzidas por estudantes da UFMG. As crianças atendidas cursavam 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos, e representaram aproximadamente 30% das matrículas, na faixa de 6 a 10 anos de idade, das escolas de ensino fundamental de Montes Claros.

As oficinas tiveram conteúdos diversos. Reciclagem – de plásticos, alimentos e outros produtos de consumo – foi o tema mais recorrente em oficinas. Em seguida, e com frequência muito próxima, está um tema caro às agricultoras urbanas e aos grupos de pesquisa da UFMG: o uso medicinal das plantas, que foi explorado sob várias aspectos, desde os cuidados com a saúde até a identificação dessas plantas e seu cultivo, mesmo em áreas muito pequenas. Em seguida, com frequência igualmente elevada, aparecem os temas relacionados à

segurança e à soberania alimentar: a lavoura tradicional norte mineira e os cuidados com a alimentação, incluindo desde os costumes de plantio até o consumo de alimentos naturais e orgânicos, o preparo de temperos domésticos, os perigos do uso de venenos na produção de alimentos. Além disso foi destacada a biodiversidade: sementes, mudas, insetos e animais presentes na natureza e sua influência sobre a saúde, a qualidade de vida e a alimentação humanas. Por fim há o tema que, de certo modo, resume a proposta do Sítio de Saluzinho: a oficina de brincadeiras tradicionais, que confere ao lugar sua característica de espaço de aprendizado lúdico, que coroa as relações muito próximas que marcam as oficinas de agricultores/as urbanos/as.

**Quadro 1. Temas e número de oficinas ofertadas no Sítio de Saluzinho  
2013/2020**

<b>Temas</b>	<b>Número de oficinas</b>
Técnicas e produtos da lavoura	90
Usos medicinais das plantas	81
Brincadeiras tradicionais	56
Educação ambiental - temas diversos	52
Mandioca e seus derivados	41
Urucum/Tintas da natureza	35
Cana e seus derivados	27
Macaúba	23
Reciclagem	19
Sementes, mudas e biodiversidade	12
Conservação das águas	12
Frutos de quintais	11
Alimentação Saudável	9
Produção de mudas, germinação, estaquia	4
Cultura Indígena	2
Minhocário	2
Composto orgânico	2
Total: 18 temas	478

FONTE: Dados da pesquisa dos autores

A equipe de coordenação, de apoio e os monitores descobriram rapidamente que não conseguem lidar com todo o estímulo ao aprendizado que as oficinas produzem. Tudo depende da capacidade dos/as professores/as para estimular a multiplicação daqueles saberes no retorno à sala de aula. Embora as oficinas sejam dirigidas às crianças, seus melhores resultados virão da atitude dos professores/as, que podem criar muitas interfaces entre a oficina e a sala. O ganho em qualidade dependerá mais do empenho do/a educador/a que propriamente dos oficineiros/monitores. Foi assim que surgiu a ideia de fazer capacitações para os professores que acompanham as crianças nas visitas técnicas aos Sítio de Saluzinho. Acadêmicos e mestrandos da UFMG organizam intercâmbio de conhecimento em temas como ambiente, semiárido, água, agroextrativismo, agricultura familiar e soberania alimentar, suscitados pelos professores quando acompanharam crianças ao Sítio, no contato direto com a proposta e os docentes camponeses.

Por isso, se tornou recomendável que a escola informe com antecedência os temas que está abordando naquela ocasião, de modo que as oficinas possam ser planejadas para complementar aqueles assuntos, respondendo a demandas de geografia, ciências ou português, retornando nas salas de aulas aos temas das oficinas do Sítio de Saluzinho. Do mesmo modo, a participação maior ou menor das crianças nas oficinas depende da maneira como a escola as prepara anteriormente para receber aquela experiência de conhecimento. E passa, também, pela maneira como a família da criança lida com o conhecimento tradicional: neste ponto são recorrentes os exemplos citados por crianças de avós ou tios que vivem ou viveram no campo, e que no Sítio rememoraram essa sabedoria familiar quando a vêem materializada no agricultor docente que revela o segredo de mágicas como a multiplicação da manaíba ou os mil-e-um usos possíveis da cana-de-açúcar. Validar, valorizar, reconhecer estes conhecimentos tem que ser também uma experiência cultural familiar e curricular. A parceria com escolas e famílias são bases; o Sítio de Saluzinho fornece um complemento, que

pode ser decisivo para fortalecer atitudes e valorizar o pertencimento ao lugar. Na avaliação das oficinas feitas por crianças e professores, a visita ao Sítio, ainda que sem esses complementos curriculares/familiares, sempre é considerada uma boa experiência. Mas é fundamental que o quadro se complete, para que a experiência densa de convívio com o rural tradicional se encontre com a cultura do território.

Embora estabelecer essas relações entre a proposta do Sítio de Saluzinho, a família, a escola e a cultura local possa parecer difícil, em Montes Claros, na realidade, não é. É um lugar de cultura e dieta locais muito ricas e próprias, com uma culinária é baseada nos frutos nativos, nos temperos, no preparo muito particular dos alimentos, e isso se mistura com um sentimento muito forte de lugar específico, que então se combina com a proposta do Sítio para fechar um circuito de valorização do rural e do pertencimento, que tem que estar sempre em construção.

## Referências

BRANDÃO, C.R. **Saber de classe e educação popular**. IN \_\_\_\_ O ardil da ordem. Campinas, Papirus, 1986.

BRITO, G. S. **Migrações rural/urbano e fluxos de conhecimentos agroecológico: o caso de Montes Claros, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais. Montes Claros, MG, 2011.

CAMPOS, L.A.S. **Saluzinho, luta e martírio de um bravo**. Belo Horizonte, D'Plácido, 2014.

CARDOSO, J.M.A. **A região norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. IN OLIVEIRA, M.F.M. & outros. Formação social e econômica do Norte de Minas. Montes Claros, Editora Unimontes, 2000.

CRUZ, G. C. ; Ribeiro, A. E. M. ; GALIZONI, F. M. **Semiárido, seca e gerais do Norte de Minas: uma revisão da bibliografia sobre o Alto-Médio São Francisco.** Campo-Território, v. 13, p. 29-56, 2018.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8ª edição, RJ, Paz & Terra, 1983.

GALIZONI, F. M. ; RIBEIRO, A. E. M; NORONHA, A. B.; SILVESTRE, L. H.; REIS, R. P. Águas dos Gerais. In RIBEIRO, E. M (Org.). **Histórias dos Gerais.** 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PAULA, H. **Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes.** Montes Claros, Minas Gráfica Editora, 1957.

RIBEIRO, E. M (Org.). **Histórias dos Gerais.** 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 329p.

VIANNA, N. Serões montesclarenses. Belo Horizonte, Itatiaia, 1972.